

Hingel quer mudar perfil do ensino do estado

TEODOMIRO BRAGA

Waldemar Sabino - 20/1/99

BELO HORIZONTE - Perto de completar cinco décadas de serviços na área educacional, o ex-ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, enfrenta agora seu maior desafio: promover a reestruturação do ensino de Minas, justamente o setor onde o estado mais avançou na década. Primeiro secretário escolhido por Itamar Franco, de quem foi padrinho de casamento, Hingel não se impressiona com as avaliações positivas do sistema educacional mineiro, que obteve o melhor desempenho na avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). "Não há glória em ser o melhor entre os piores", diz ele.

A pretensão de Hingel é criar um Sistema Mineiro de Educação, que leve em conta a "mineiridade" representada por valores históricos e culturais do estado e a decisão de Itamar de "humanizar" a política de ensino. As medidas já decididas garantem grandes mudanças no projeto que vinha sendo implantado. O estado voltou a atuar com disposição na pré-escola, o programa de municipalização do ensino de primeiro grau está sendo revisto, assim como a possibilidade de reeleição de diretores de escolas. Além disso, não será mais obrigatório o sistema de ciclos na rede pública.

Aos 65 anos, Murílio Hingel vai à luta credenciado por uma vasta folha de serviços na área educacional e a antiga amizade com Itamar Franco, que o escolheu para secretário da Educação quando foi prefeito de Juiz de Fora e ministro da área quando ocupou a Presidência da República. O próprio Hingel acha que terá uma dura parada pela frente. "O desafio atual é maior do que aquele que enfrentei ao assumir o Ministério da Educação", diz ele, referindo-se à crise financeira do governo mineiro, que atingiu em cheio sua secretaria.

Defasagem - A escassez de recursos tornará difícil a tarefa mais urgente da secretaria, que é garantir 150 mil novas vagas no ensino médio. A previsão é de que a demanda por vagas deverá passar de 642.534, em 1998, para cerca de 890 mil este ano. Esse salto na procura de vagas no ensino médio se deve à expansão do programa de aceleração da aprendizagem, que criou condições para a conclusão do ensino de primeiro grau por alunos com defasagem escolar.

O ex-ministro não faz reparos ao programa, uma das prioridades do governo passado. "O projeto tem bases pedagógicas corretas", reconhece Hingel. A pressão por vagas no ensino médio, entretanto, exige a criação de mais escolas. O secretário já decidiu concluir as

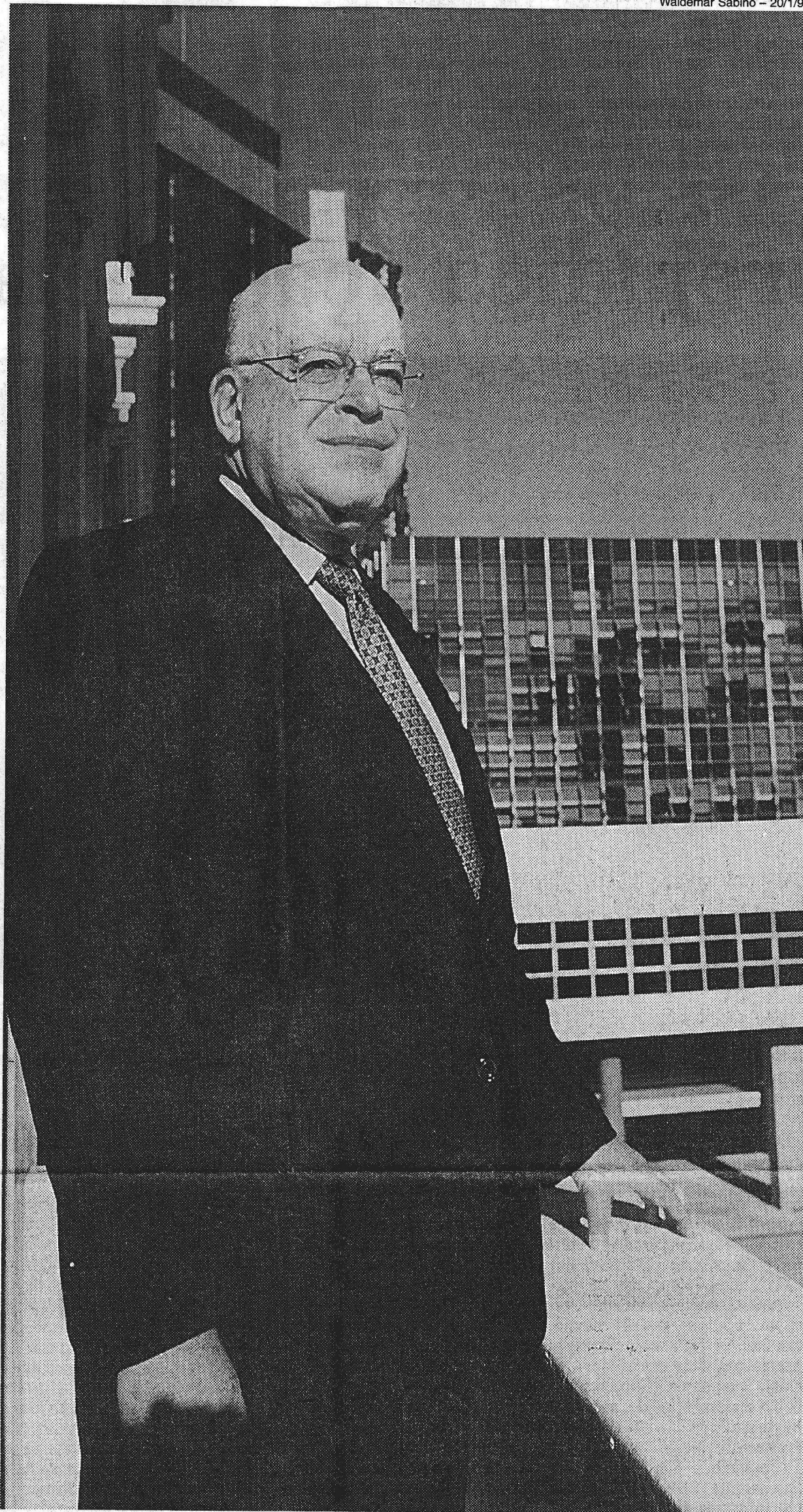
obras de construção de 56 escolas e 317 prédios escolares iniciadas no governo passado. O problema é que boa parte das verbas para estas obras vem do governo federal e do Banco Mundial e não deverão ser liberadas enquanto durar a moratória decretada por Itamar.

Comissão - Estes prédios em construção estão ligados ao Programa de Nucleação Escolar, um dos projetos do governo passado que Hingel quer dar outro rumo. Proposto a nível nacional, o plano de reorganização da rede física escolar foi executado com rigor em Minas. Em busca de maior racionalização da rede, muitas escolas de primeiro grau foram fechadas e outras transformadas em escolas de ensino médio. "O resultado foi um desastre. Não se considerou o interesse da comunidade", critica Hingel. "Hoje muitos alunos têm de caminhar dois, três quilômetros para chegar na escola".

O fim da obrigatoriedade do sistema de ciclos, talvez a mais ousada mudança de Hingel, foi decidida com base no trabalho de uma comissão de especialistas criadas pelo novo comandante do ensino público mineiro. Em 1996, o governo estadual substituiu as oito séries do ensino do primeiro grau por dois ciclos de quatro anos cada um. "Com a aprovação automática, os alunos corriam o risco de chegar ao final do ciclo sem bagagem para enfrentar o novo ciclo", critica Hingel. Daqui em diante, cada escola definirá seu projeto pedagógico, optando pelo sistema de ensino que considera mais adequado.

Distorção - A retomada da pré-escola é outro item de destaque do projeto do ex-ministro. O número de crianças na rede estadual de pré-escola caiu de 172 mil, em 1995, para 12 mil no ano passado, consequência da decisão do governo estadual de deixar a tarefa para os municípios. "A Lei de Diretrizes e Bases da Educação não proibiu o estado de atuar na educação infantil", aponta o novo secretário. Agora o governo estadual vai se voltar para a pré-escola, mas no sistema de parcerias com empresas e instituições, por causa das suas dificuldades financeiras. "De certa forma, a pré-escola ajuda a resolver o problema de aprendizagem no ciclo, pois prepara melhor a criança para entrar na escola".

O novo secretário também já decidiu rever o que ele considera a principal distorção no projeto de autonomia das escolas iniciado no governo Hélio Garcia: a possibilidade de reeleição das diretoras por outro período de três anos. Para Hingel, o problema é que o diretor que ficar cinco anos no posto garante a incorporação definitiva ao salário da gratificação.



Hingel acha que a reestruturação do ensino de Minas será o seu maior desafio nos próximos quatro anos